

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO**

**Emitente:** *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

**Unidade Gestora:** *Prefeitura Municipal de Mucurici/ES*

**Gestor responsável:** *Atanael Passos Wagmacker*

**Exercício:** 2023.

**1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**1. Itens de abordagem prioritária**

**1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.**

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM	Lei 4.320/1964, art.60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatório de empenho emitido do Software de Contabilidade Pública do PMM no exercício de 2023, bem como análise de processos físicos.	Análise nos processos físicos, bem como Relatório da Prefeitura Municipal de Mucurici – exercício de 2023

**Constatações:** De acordo com os processos analisados, bem como verificação pelo Software de Contabilidade não foram realizadas despesas sem emissão de empenho prévio no exercício de 2023 pela Prefeitura Municipal de Mucurici.

**1.2. Gestão Previdenciária**

1.2.1	Registro por competência a - despesas previdenciárias patronais	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM – Razão de Plano de Contas referente INSS Serviços e	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei</li></ul>	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações	CF/88, artigo 40: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é	Relatório Prefeitura Municipal de Mucurici – Razão do Plano de Contas referente a INSS Servidores e Agentes Políticos – exercício de 2023.
-------	---	---	--	--	---	--

		Agentes Políticos exercício de 2023.	8.212/199 1 • Lei Local Regime de competência	previdenci árias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	assegurado regime de previdência de carácter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e actuarial e o disposto neste artigo.	
--	--	--	---	---	---	--

**Constatações:** Conforme verificação no relatório do Exercício de 2023 foram apresentadas devidas liquidações nos meses de competência e pagamento no mês seguinte referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 – Razão do Plano de Contas – INSS Servidores e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Mucurici.

### 1.3.Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, móveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	TERALM, TERIMO, BALPAT, TERINT.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas avaliações.	Bens Almoxarifado (consumo), Bens Móveis e Imóveis e Bens Intangíveis.	Tabelas 14 (Resumo do inventário do Almoxarifado), Tabela 12 (Resumo de inventário de Bens Imóveis), Tabela 10 (Resumo do inventário de Bens Móveis).

**Constatações:** A tabela de resumo de inventário do almoxarifado apresentou o valor dos bens em almoxarifado referente ao Saldo anterior de R\$ 43.135,60 (quarenta e três mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos). O Resumo de Inventário de Bens Imóveis apresenta o valor referente a Saldo Anterior de R\$ 20.564.864,37 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos) com novas aquisições no valor de R\$ 5.354.987,49 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), totalizando ao final do exercício de 2023 o valor de R\$ 25.890.266,34 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Já no que concerne ao Termo Circunstanciado de Bens Intangíveis não existem registros de bens de natureza intangível em nenhuma das Unidades Gestoras no ano de 2023. A tabela de Resumo de Inventário de Bens Móveis apresenta um saldo anterior de R\$ 11.359.234,70 (onze milhões,

rezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), com as novas aquisições no valor de R\$1.092.608,24 (hum milhão, noventa e dois mil, seiscentos e oito reais e vinte e quatro centavos), totalizando um saldo atual de R\$ 12.382.787,94 (doze milhões, trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos). Não se restaram constatadas diferenças nos valores entre saldo contábil e saldo de Inventário, e verificou-se que as depreciações estão sendo devidamente realizadas.

1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública PMM – Boletim da Tesouraria	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, dado artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	LRF – LC 101/00, artigo 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o §3º do artigo 164 da CF: As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.	Declaração emitida pela Tesouraria, contendo informações sobre movimentações financeiras.
-------	---	--	--	--	--	---

**Constatações:** Os recursos financeiros em sua totalidade disponíveis na Prefeitura Municipal de Mucurici estão depositados em instituições financeiras oficiais, quais sejam: BANESTES, Banco do Brasil e Caixa Economica Federal.

#### 1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE.	Análise das peças que compõem a PCA – enviadas a esta CGM – Controladoria Geral do Município de Mucurici	IN regulamento da Controladora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da N regulamentadora a remessa de prestação de contas.	A prestação de Contas Anual enviada a este Tribunal deverá atender a IN para que tenha uma padronização uniformidade das atividades do Sistema) Contabilidade homologações de balancetes por assinaturas digitais) e Transparência (	Após análise de alguns documentos enviados para esta CGM, foi possível preparar este relatório, bem como, os demais relatórios enviados para o TCE-ES.

					acompanhamento das emessas pelos urisdicionados).	
--	--	--	--	--	---	--

**Constatações:** Conforme as peças/documentos integrantes da PCA referente ao Exercício de 2023 enviadas para esta CGM 23 de fevereiro de 2024, após análise e elaboração dos relatórios podemos dizer que atendem a Instrução Normativa do TCE-ES.

## 2. Itens de abordagem complementar

### 2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Análises de LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.		Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, legais e/ou legítimas.	Lei 4.320/1964 – artigo 4º. A lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles e devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.	Análise de documentos, relatórios e processos.

**Constatações:** Após análise de documentos, relatórios e processos, não foram constatadas despesas não autorizadas, não realizadas, nem irregularidades lesivas, ilegais ou ilegítimas ao patrimônio público, estando em conformidade com legislação em vigor.

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Análises de conformidade em processos e Relatório de Software da Contabilidade Pública PMM	Lei 4320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.	Análises de conformidade em processos e Relatório de Software da Contabilidade Pública PMM.
--------	--	--	-------------------------	---	--	---

**Constatações:** Após verificação em processos físicos e relatório da Contabilidade, não foram encontrados pagamentos de despesas sem sua regular liquidação na Prefeitura Municipal de Mucurici no exercício de 2023.

### 2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.6.4	Pessoal – Setor Recursos Humanos – Folha de Pagamento	Declaração do Setor Recursos Humanos – Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos inculados ao	CF/88, artigo 37, inciso XI: a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos,	Declaração do Setor de Recursos Humanos e Folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici – Exercício de 2023.

				<p>órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.</p>	<p>funções e empregos públicos da administração direta, (...) pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito(...).</p>	
<p><b>Constatações:</b> Conforme análise realizada na Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici referente ao ano de 2023, o teto remuneratório dos servidores públicos não excede o subsídio mensal do Prefeito Municipal limite máximo para pagamento.</p>						

## 1.2 Constatações e proposições

Após análise dos Pontos de Controles, por meio de análises de conformidade, as constatações seguem abaixo. A recomendação é para que o Gestor continue observando o cumprimento da LC 101/2000, art. 15 c/c e Lei 4.320/1964, art. 4º, para que não haja irregularidades ao patrimônio público.

Bem como, que continue observando o cumprimento da Lei 4.320, art. 63, zelando pela conformidade com os pré-requisitos estabelecidos para liquidação das despesas.

Findada a realização das análises nos processos e procedimentos acima descritos, não foram encontrados achados e/ou constatações que se fazem necessárias as indicações de proposições e alertas.

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Sr *Atanael Passos Wagmacker*, gestor da Prefeitura Municipal de Mucurici /ES, relativa ao Exercício de 2023.



## Prefeitura Municipal de Mucurici Estado do Espírito Santo

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Houveram verificações de conformidades nas demonstrações contábeis, e nas demais peças que compõem a PCA apresentaram a situação orçamentária, financeira, gestão fiscal e patrimonial, assim como, os demais atos de gestão referente ao Exercício de 2023.

Foram recebidos na UCCI – Unidade Central de Controle Interno, em 23 de fevereiro de 2024, do Setor de Contabilidade os Demonstrativos, Balanços e Balancetes, que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2023 da Prefeitura Municipal de Mucurici/ES.

Ademais, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2023 na Prefeitura Municipal de Mucurici/ES, quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Mucurici, 25 de março de 2024.

Jossiléia Silva de Oliveira Soares  
Controladora Interna